

DIREITOS

Conceito de cidade inclusiva permeia debates em torno do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)

Salvador quer plano diretor antirracista após décadas de exclusão urbana

MADSON SOUZA

O sonho de Márcio Lima, 45, na infância e começo da vida adulta era sair de casa no bairro de Campinas de Pirajá e não se sujar de lama, porque não havia rua calçada no local. Agora há asfalto, mas ainda não existe passeio na rua e muito menos arborização. Essa é a definição prática de uma cidade racista e um dos tópicos de discussão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que busca consolidar propostas para combater o racismo na capital baiana.

Para Márcio, hoje presidente da Central Única das Favelas da Bahia (Cufa-BA), a ocupação desordenada ao entorno do considerado centro da cidade gerou áreas sem estrutura ou ordenamento e que até hoje mantém muitas dessas condições. As pessoas desses lugares construíram suas casas, suas ruas e seguem ainda neste momento se organizando e resistindo aos infortúnios. “O investimento que é feito no Centro é diferente do feito na periferia e a manutenção dessas estruturas também, então é um racismo estrutural, territorial e ambiental”, comenta Márcio.

Ao todo, Salvador conta com 262 favelas, habitadas por quatro em cada 10 moradores da capital baiana. Onde esta parcela da população reside há menor presença de calçadas, árvores, bueiros ou bocas de lobo. Além disso, há mais ruas onde não é possível a entrada de carros ou veículos maiores. Nas favelas de Salvador, sete a cada 10 habitantes moram em vias sem calçada ou passeio, ou seja 67,6%, enquanto fora de favelas esse percentual é de 25,6%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022.

Quando o assunto é arborização, a situação piora. Oito em cada 10 pessoas que vivem em favelas não contam com nenhuma árvore na via em que residem (80,3%). Fora das favelas a proporção é de 54,7%. As próprias comunidades obser-

vam seus infortúnios e buscam agir para lidar com estes desafios. Exemplo disso é o Instituto Ana Ribeiro, localizado em Periperi, que oferta serviços de saúde e educação para moradores do Subúrbio Ferroviário. O espaço funciona a base de parcerias com outras instituições, doação de terceiros e atuação de voluntários.

A coordenadora administrativa do local, Maria José

Ribeiro, aponta que a atuação do Instituto é para suprir uma lacuna existente de serviços. “Existe uma necessidade por esses serviços e a gente do jeito que dá tenta suprir isso”, comenta. Essa forma de sobreviver e resistir se repete em outras comunidades da cidade. No Calabar, por exemplo, há creche, escola, biblioteca e centro - todos comunitários. Ainda assim os desafios estão postos, presentes e cada vez mais profundos nestas regiões.

‘Cidade Antirracista’

Na última segunda, o encontro do Observatório do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) tratou do tema: “Como tornar Salvador uma Cidade Antirracista?” Neste momento, a revisão do plano diretor já está em andamento, porém os en-

contros online são realizados semanalmente para aproximar a população da discussão. Contudo, Márcio Lima da Cufa-BA, ressalta que ainda há um distanciamento grande da sociedade dessas discussões e defende que o plano diretor e esses encontros sejam mais divulgados.

“O que a gente precisa para tornar Salvador uma cidade antirracista é uma escuta ativa, efetiva e qualificada, porque não adianta a gente só falar que faz a escuta”. Ele aponta que é preciso que pessoas que moram nestes territórios sejam ouvidas.

O professor e diretor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (Ufba) e coordenador do eixo “Cidades Antirracistas” do Observatório do PDDU, Fábio Velame, ressalta que o

plano de 2016 praticamente não tratou de estudos específicos sobre a população negra - 83,2% da população da cidade conforme o último censo do IBGE.

Este ano, o PDDU traz um capítulo específico do plano focado em ações afirmativas com o título “Cidades Antirracistas”. Entre os pontos centrais, o documento defende o fortalecimento da economia nos bairros periféricos e o mapeamento e incentivo das atividades realizadas nos locais. Além disso, há o combate ao racismo ambiental com a priorização do saneamento básico e a proteção de territórios sagrados como terreiros e quilombos.

Outros pontos de destaque incluem ampliação da rede de creches municipais, incentivo para cinemas e bibliotecas comunitários, po-

lítica de assessoria e assistência técnica para construção, reforma e regularização, incluindo reforma e adequação de edifícios abandonados no Centro Antigo para moradia da população negra. Fábio ressalta também que para uma cidade se tornar antirracista é preciso que essa ideia seja incorporada de forma transversal em todas as áreas do planejamento urbano.

A ideia é reforçada pela pedagoga e historiadora Selma Bomfim que defende que, transformar Salvador em uma cidade antirracista exige políticas de habitação, transporte, educação, segurança e geração de renda que sejam pensadas com recorte racial explícito. “Não basta celebrar a identidade negra sem transformar as condições concretas de vida da população negra”, afirma.

Raphael Müller / Ag. A TARDE



Para Márcio Lima, presidente da Cufa, tornar Salvador uma cidade antirracista é fazer uma escuta ativa, efetiva e qualificada da população

CASAMENTOS

Bahia pode oficializar ritual de matriz africana

VITÓRIA SACRAMENTO*

O reconhecimento oficial de casamentos religiosos celebrados em terreiros de candomblé e umbanda pode avançar na Bahia, após a aprovação do Projeto de Indicação nº 29/2026 pela Câmara Municipal de Salvador.

A proposta, aprovada no último dia 13, sugere ao Governo do Estado o envio de um projeto de lei à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) para garantir validade civil às cerimônias realizadas por lideranças de religiões de matriz africana.

A iniciativa busca ampliar o reconhecimento institucional das tradições afro-brasileiras e fortalecer a liberdade religiosa em um estado marcado pela forte presença histórica e cultural do candomblé. Segundo o texto aprova-

Câmara de Salvador aprovou projeto de indicação que sugere o envio de projeto de lei à Alba

do, embora as religiões de matriz africana façam parte da identidade baiana, os casamentos celebrados nesses ritos ainda enfrentam invisibilidade institucional e não possuem reconhecimento formal equivalente ao de outras tradições religiosas. Autor da indicação, o vereador João Cláudio Bacelar

afirmou que a medida representa um avanço no combate ao racismo religioso e na valorização da cultura afro-brasileira.

“A Bahia tem uma história construída também pelas religiões de matriz africana. Reconhecer oficialmente esses casamentos é respeitar a fé, a cultura e a identidade de milhares de

famílias baianas que durante muito tempo tiveram suas tradições invisibilizadas”, declarou.

Igualdade religiosa

O parlamentar destacou ainda que a proposta pretende assegurar igualdade de tratamento entre diferentes manifestações religiosas e garantir que sa-

cerdotes, sacerdotisas, babalorixás, ialorixás, pais e mães de santo possam celebrar casamentos com efeitos civis, respeitando os rituais e tradições das religiões afro-brasileiras.

“Estamos falando de dignidade, liberdade religiosa e reconhecimento institucional. É uma medida que fortalece direitos e reafirma o

Iniciativa pede igualdade de direitos entre religiões

respeito à diversidade cultural e religiosa do nosso estado”, acrescentou o vereador.

De acordo com a proposta, o reconhecimento oficial também contribuiria para o enfrentamento do racismo religioso e para a proteção institucional das comunidades de terreiro, permitindo que adeptos dessas religiões tenham suas uniões reconhecidas legalmente sem abrir mão de suas tradições.

Com a aprovação na Câmara de Salvador, a indicação será encaminhada ao governador Jerônimo Rodrigues, que poderá enviar a proposta para análise da Assembleia Legislativa da Bahia, responsável pela legislação relacionada ao registro civil no âmbito estadual.

* SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR ANDERSON ORRICO

Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE / 24.8.2019

